

# A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

Autora  
Eliane Nahas<sup>1</sup>

Orientador  
Paulo Alberto Santos Vieira<sup>2</sup>

## Resumo

Dentro das diversas esferas da sociedade é possível percebemos as mais complexas e as vezes sutis manifestações de racismo. Podemos dizer que o ambiente escolar é o local em que se destacam os mecanismos discriminatórios que se encontram subentendidos através de ações ou omissões de profissionais que desejam padronizar modelos educacionais que em muitos casos conduzem à segregação. Levando-se em consideração a importância de discutirmos sobre as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e racismo, o presente artigo tem como proposta fazer uma reflexão sobre o tema que aborda diferentes raças, culturas e costumes que fazem parte da formação social e racial do indivíduo embasando-se em fatos históricos e em leis que regem os direitos do negro no Brasil.

## 1 Introdução

Teóricos e estudiosos como sociólogos, historiadores, antropólogos e biólogos levantam discussões sobre questões ligadas às manifestações raciais dentro de um contexto da diversidade étnico-racial que compreende a história da sociedade brasileira que é constituída, de acordo com o censo de 2010<sup>3</sup>, dos 191 milhões de brasileiros 91 milhões são classificados como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões são pardos, 2 milhões são amarelos e 817 mil indígenas.

Um fator importante a ser destacado no Censo/2010 é que há uma diferença significativa na distribuição dos grupos raciais no Brasil, em que a maior concentração de pretos e pardos encontra-se no Norte e Nordeste e de brancos entre o Sul e Sudeste.

---

<sup>1</sup>Pedagoga, professora da Rede Municipal de Campo Grande/MS, curso: Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do ensino de História e Cultura brasileiras, UFMS, Núcleo de Pós-graduação, [nahas\\_eliane@hotmail.com](mailto:nahas_eliane@hotmail.com)

<sup>2</sup>Prof. Dr. Docente da UFMT; Programa de Pós-graduação em Educação; Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior.

<sup>3</sup> <https://censo2010.ibge.gov.br>

Essa realidade traz dentro de padrões históricos a perpetuação do que chamamos de desigualdade social em nível territorial.

Pesquisas, desenvolvidas sobre a realidade brasileira permitem diferentes interpretações sobre a realidade étnico-racial nas esferas econômicas, políticas e sociais que pautam ações do Movimento Negro e de intelectuais dedicados aos estudos sobre as relações raciais no Brasil. No que diz respeito às relações entre raça e nível de escolaridade, fator muito discutido atualmente, Henriques (2002, p. 35) apresenta que:

A distribuição dos níveis de escolaridade, de acordo com a cor dos brasileiros, demonstra, inicialmente, que, no campo da educação, não existem diferenças significativas entre ‘pardos’ e ‘pretos’ que justifiquem o tratamento analítico desagregado nessas duas classificações. [...] o universo do conjunto total da população negra representa, na dimensão educacional, de forma adequada, os respectivos universos particulares das populações parda e preta.

Neste contexto a identidade do negro é construída, porém em nossa sociedade essa é uma construção ainda complexa devido à ambiguidade do racismo e da crescente desigualdade social brasileira. Entretanto, foi a partir da Lei 10.639/2003 que os temas referentes à cultura afro-brasileira ganharam espaço sendo pautados no ambiente escolar, porém está distante do processo de transversalização.

Ainda que os movimentos sociais se envolvam de forma expressiva na busca da igualdade racial, durante grande período da história do Brasil as manifestações eram clandestinas e só tiveram legalidade após a Abolição da Escravatura em 1988. Por esse motivo os movimentos sociais lutam pela igualdade e pelos direitos da população negra, pois o Brasil é um país no qual a democracia racial ainda é um mito. As questões relacionadas ao preconceito já estão enraizadas no meio social, principalmente no que diz respeito às diferenças culturais ou étnicas. McLaren (1997, p. 212) define o preconceito como:

O prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação.

O MEC apresenta uma política educacional atribuída a diversidade que de acordo com Arretche (1998) essas políticas públicas consistem em adotar métodos e técnicas que estabelecerão resultados específicos que deem sentido ao caráter errôneo da ação pública em relação ao preconceito étnico-racial.

Embora o Brasil se destaque como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo, mais de um século depois da abolição da escravatura, a reivindicação inicial, que foi a luta pela igualdade étnico-racial através da educação, ainda continua. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social elaborada individual e socialmente de forma diversa e no Brasil essa “construção” se realiza na articulação entre classe, gênero e raça.

No caso da superação do racismo, historicamente imposto, se inicia com os quilombos, os abortos, os assassinatos de senhores nos tempos de escravidão. De lá para cá, várias foram as ações coletivas desencadeadas pelos negros em favor da liberdade.

Tanto nas relações sociais cotidianas quanto na vida política e nas relações escolares, há dificuldade de conviver com o “diferente”. Vale ressaltar, que a luta pela superação do racismo na sociedade brasileira tem como protagonista o Movimento Negro além dos grupos e organizações que também participaram da luta antirracista.

Diante dos pressupostos, a pesquisa de cunho bibliográfico deste artigo divide-se em duas partes: a primeira, relata a trajetória da cultura afro-brasileira em todas as vertentes que a constituíram em políticas sociais no combate ao racismo e a desigualdade e na segunda parte, o papel da escola diante do tema a ser discutido e vivenciado em meio a uma proposta transversal que garante os direitos dos negros na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **2 A diversidade étnica e a segregação racial**

No Brasil, com a desmistificação da democracia racial e da ideologia do branqueamento, houve avanços significativos indo das políticas de ações afirmativas até a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura da África nos currículos escolares. As desigualdades no acesso e permanência na escola da população negra é um dos principais desafios ainda existentes para o governo e para a sociedade.

“A escola, não é a única instituição responsável pela educação das relações étnico-raciais, uma vez que o processo de se educar, ocorre também na família, nos grupos culturais, nas comunidades, no convívio social, proporcionado pelos meios de comunicação entre outros. É importante ressaltar que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção das relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade em seu interior.. (VERRANGIA; SILVA, 2010, p.71)

Na década de 70, houve a inserção de um grupo de intelectuais negros nas universidades públicas, produzindo conhecimentos sobre as relações étnico-raciais. A

partir de 1.980, iniciou-se o processo de abertura política e redemocratização da sociedade desencadeando uma nova forma de atuação política dos negros (as) no Brasil.

Com a redemocratização, surge um novo tipo de intelectual, que questiona as relações raciais, principalmente no campo educacional. Mesmo que a Constituição Federal (1988) declare no art. 205, que a educação é um direito constitucional, a escola continuou sendo um setor que contribuiu com a construção de um quadro de desigualdades e de preconceitos.

Grupos de pesquisas, encontros e congressos educacionais foram criados com o tema “Negro e Educação”. O foco das pesquisas educacionais no país foram questões relacionadas à problemática do negro: discriminação racial na escola, discriminação do negro nos livros didáticos, a escola como reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro a favor da educação.

Iniciou-se o processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores e às escolas públicas, sobre seu papel na superação do racismo na sociedade. O Movimento Negro pleiteou que a questão racial deveria ser compreendida como forma de opressão e exploração, potencializada pelo capitalismo e consequente desigualdade social.

O Movimento Negro, indaga a esquerda sobre a neutralidade do Estado ante a desigualdade social, exigindo políticas afirmativas. O direito à educação foi uma reivindicação das organizações políticas da população negra, mas embora os ativistas negros reconhecessem a importância da educação nos processos de construção do conhecimento, não seria a solução para todos os problemas.

Eles reconheciam que políticas educacionais efetivas eram essenciais para a redução das desigualdades entre negros e brancos. Na elaboração da nova LDB, nos anos de 1980, houve grande participação da militância negra, porém: “Nem a Constituição de 1988, nem a LDB, incluíram de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação”. (RODRIGUES, 2005)

As reivindicações dos negros foram inseridas de forma distorcida nos textos da lei. O art. 26 da LDB, só foi revisto e alterado, depois de ocorrer a sanção da lei nº 10.639/03<sup>4</sup> que obriga o ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio.

---

<sup>4</sup> <https://educador.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>

As políticas públicas pós-ditadura militar, não se comprometiam com a superação do racismo, o Movimento Negro constatou tal realidade e as reivindicações começaram a mudar. A partir de então, as demandas do Movimento Negro passaram a afirmar, de forma mais acirrada, a educação básica e a educação superior como direitos da diversidade étnico-racial.

Na década de 1990, foram implantadas algumas formas de pressão ao governo de FHC, para implementação de políticas públicas de combate ao racismo. Algumas foram as propostas do referido governo: criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra, em 27 de fevereiro de 1996 e a introdução nos PCNs, em 1995 e 1996, o tema transversal Pluralidade Cultural.

Em 2000 A questão racial, delinea-se no discurso da pluralidade cultural. Desse modo, as questões da desigualdade social e superação do racismo continuaram sem um posicionamento definido.

A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de intolerância, promovida pela ONU, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, é considerada um marco pois tratou de várias questões controversas, como a compensação para a África pelo comércio de escravos negros pelas nações que colonizaram o Novo Mundo entre os séculos XV e XIX.

No Brasil, houve as pré-conferências estaduais e a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001, na UERJ, marcando a necessidade de implantação de ações afirmativas no Brasil.

No século XX, o Movimento Negro ganha contornos políticos nacionais e internacionais e passa a fazer parte da agenda política e do compromisso do Estado brasileiro e exige da política educacional a construção da equidade para garantir a concretização da igualdade.

A lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presente na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como: o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. Em 2003, no governo do Presidente da República Lula, foi sancionada a lei nº 10.639 alterando a lei nº 9394/96 (LDB)

Em 2004, o Parecer CNE/CP 03/2004<sup>5</sup> e a Resolução CNE/CP 01/2004<sup>6</sup>, são aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Ambos regulamentam e instituem as

---

<sup>5</sup> [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf)

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Vinculados à garantia do direito à educação, requalificam incluindo o direito à diferença, desencadeando projetos voltados para a garantia do direito à diversidade étnico-racial e a implementação de ações afirmativas voltadas para a população negra.

Essas ações e avanços na política educacional na construção da igualdade e da equidade se devem principalmente às reivindicações e lutas do Movimento Negro a favor de educação igualitária e justa para essa população. Rocha (2007, p. 29) relata que é antiga a reivindicação do Movimento Negro para a inclusão da história da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo das escolas, visando o combate ao racismo.

Para Rocha (2007, p. 35), a efetivação da Lei 10.639/03 na educação brasileira é um fator importante no sentido de desconstruir mecanismos ideológicos que dão sustentabilidade aos mitos da inferioridade do negro e da democracia racial, mito, pois na prática, o preconceito fenótipo, ou seja, contra cor de pele, do cabelo e outras características físicas ainda existe.

O eurocentrismo contribui com o processo de “branqueamento” na medida em que quanto mais próximo do estereótipo europeu mais aceito e inserido pela sociedade o cidadão era, impondo na cabeça do homem branco que ele seria um ser mais evoluído em função da sua cor de pele.

Sobre esse aspecto a grande maioria das pessoas ainda não se guia pela ciência e pelo conhecimento. O precário grau de informação faz com que parcela significativa da população ainda entenda e explique o mundo e a realidade a partir de suas credences, fetiches e ignorâncias. A esse respeito, de acordo com Gomes (2008, p. 70): “o conhecimento, poderá nos ajudar a superar o preconceito sobre os negros, a África, a denunciar o racismo e a discriminação racial e a implementar as ações afirmativas, rompendo com os mitos.”

Esses mitos são obstáculos e atrasam o desenvolvimento igualitário de diferentes parcelas da população brasileira. Só conseguiremos respeitar as diferenças através do conhecimento, pois a falta de conhecimento sobre a história do povo negro, colabora para a perpetuação do racismo. Sendo assim, a desconstrução do comportamento racista deve acontecer através da discussão e do conhecimento.

---

<sup>6</sup>Portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf

Prover alunos e professores de conhecimento histórico cultural, no tocante a formação do Brasil, é de fundamental importância para a apropriação de conhecimento. O ambiente escolar é, provavelmente, a primeira referência onde crianças negras se veem negras.

Com a Lei nº 10.696/03, a história e a cultura afro-brasileiras, tornaram-se conteúdos obrigatórios em sala de aula e pauta para o PPP. E essa medida deve compor a prática dos professores não só em datas comemorativas. Com a referida lei, os negros agora precisam ser pauta na educação brasileira.

Segundo a socióloga Suelaine Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra, “ao estudar esses conteúdos, é possível conhecer a contribuição do negro para a nossa cultura, desconstruir noções de hierarquia social e estabelecer relações mais saudáveis, tão necessárias nas escolas.” Um dos feitos desse trabalho, é a desconstrução da hegemonia branca, nas figuras retratadas sobretudo no ambiente escolar.

O Brasil tem na formação de seu povo uma pluralidade cultural de extrema riqueza, miscigenado por vários grupos humanos, Segundo Verrangia e Silva: “há a necessidade de profissionais sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas”. (Brasil, 2004, p. 6)

É preciso investimento em formação continuada aos professores, para a compreensão da importância das questões relacionadas à diversidade racial. Ir além das atividades propostas no livro didático, pois nele, nem sempre as histórias, memórias e valores civilizatórios da população afro-brasileira e africana estão narrados de modo digno ou que ultrapasse os conceitos pré-estabelecidos.

Movidos pelo anseio de reconhecimento e de valorização da diversidade e das diferenças, os movimentos identitários, em especial o Movimento Negro, pleiteia que a questão social deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração, potencializada pelo capitalismo e conseqüente desigualdade social. Sobre essa questão, Rodrigues (2005, p. 113) afirma que:

Essas problematizações trouxeram para a educação o questionamento do discurso e da prática homogeneizadora que desprezam as singularidades e as pluralidades existentes entre os diferentes sujeitos presentes no cotidiano escolar. Ao exigir reconhecimento e tentar dar visibilidade a uma identidade racial negra, o Movimento Negro, a partir da década de 70, colocou em discussão os fundamentos da democracia racial elaborada e permanentemente reelaborada desde o início do século XX pela elite brasileira.

Há necessidade de reeducação das relações raciais na escola por questões como estigmas naturalizados, hierarquização pela raça, preconceito racial e inexistência de trabalho pedagógico nessas questões por parte dos docentes.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente, dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou. (BRASIL, 2001, p. 21)

## **2.1 O combate ao racismo e a propagação da diversidade étnica nas escolas**

Definida pela Constituição Brasileira de 1988, a educação é um direito social garantido ao cidadão respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9394/96) e no Plano Nacional de Educação (lei n. 10.172, de 9/1/2001). Entretanto, é possível constatar que o racismo ainda é uma ação que se faz presente no sistema educacional, manifestando-se de diversas formas, evidenciando práticas discriminatórias.

O racismo na educação é umas das formas em que podemos ver manifestado o preconceito e a discriminação de alunos negros. No texto (2009, p. 47), o Plano Nacional de Implementação das DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009) destaca que:

“as desigualdades percebidas nas trajetórias educacionais das crianças e dos jovens negros nos diferentes níveis de ensino, bem como as práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas determinam percursos educativos muito distintos entre negros e brancos”.

Cavalleiro, desenvolveu uma pesquisa em escolas de educação infantil e verificou a dificuldade que o ambiente escolar tem para lidar com assuntos relacionados às questões étnicas, tornando o tema pouco abordado e muitas vezes ignorado pelos professores. A autora acredita que “uma pessoa ignorada e “descuidada” pode perder o referencial de si mesma, reconhecendo seu fracasso” (CAVALLEIRO, 2001, p.155)

Trabalhar a diversidade étnico-racial, não deve se restringir ao dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, e dia 13 de maio, Abolição da Escravatura, ela deve estar inserida no currículo escolar em todas as áreas do conhecimento. Essa é uma visão muito restrita dos docentes.

Desta forma, a escola acredita estar valorizando a história e a cultura dos afrodescendentes cedendo um pequeno espaço que comemoram somente essas duas datas. Neste sentido, acompanhamos a mencionada autoria quando ela afirma que:

Um olhar superficial sobre o cotidiano escolar dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros, brancos. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório à medida que não são encontrados no espaço de convivência das crianças cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira (CAVALLEIRO, 2001, p. 145).

A escola reproduz o modelo de sociedade racista, pois cria padrões culturais que privilegia alguns, mas que todos devem seguir. Neste contexto, o ambiente escolar não disponibiliza mecanismos que trabalhem no combate da desigualdade racial, mas que reproduz diversas formas da valorização da cultura “branca”.

Sendo assim, o trabalho de consciência contra qualquer tipo de racismo ou de segregação dentro do ambiente escolar deve ser discutido no decorrer das aulas, trazendo para a sala de aula temas que levem a reflexão oportunizando a socialização das diferentes culturas e identidades tornando o convívio social mais harmonioso para todos os alunos, porém enfatizando a inclusão do aluno negro que em muitas situações apresenta uma postura introvertida em relação ao tema abordado.

O pensamento hegemônico que evidencia a exclusão da cultura afro nas escolas desvaloriza a riqueza da história da África que se estende ao Brasil. Oliveira (2007) acrescenta que ao deturpar as contribuições culturais e históricas no que se refere ao povo africano desconstruímos uma história rica em fatos que contribuíram para a construção da cultura genuinamente brasileira.

O que podemos perceber é que a escola como um ambiente que proporciona diversos saberes, negligencia no contexto histórico, cultural e social as grandes contribuições que a população africana ofereceu e ainda oferece a nossa sociedade brasileira.

Sendo assim, a escola deve propor temas que abordem a discriminação, ainda que se levantem vários questionamentos, a conscientização ainda é a grande ferramenta que promove a reflexão sobre os direitos individuais e coletivos instituídos por leis que ampara o cidadão no que tange a diversidade.

De acordo com Moita (2006, p. 197 – 198)

As pessoas ocupam, assim, posições diferentes nas construções do discurso a partir de como estão situadas nas práticas discursivas. Desse modo, nessas práticas em sala de aula, por exemplo, os participantes estão posicionados de formas diferentes no exercício do poder, o que possibilita ao professor a

determinação dos tópicos interacionais [...] tendo suas identidades sociais construídas.

É de competência dos gestores, professores, no âmbito escolar combater ativamente ideologias, pensamentos, atitudes, posturas que cultivam e mantêm discriminações que incentivam e naturalizam o racismo. Ações humanas como a de educar, são indispensáveis para novas relações na sociedade. Essa realidade só vai mudar quando a escola desconstruir práticas estereotipadas, racistas no seu interior, através de atuação democrática.

Faz-se necessário que se dê o espaço e a devida importância às culturas afro-brasileira e africana na formação intelectual dos alunos, diante da grande influência da cultura africana que, independentemente da origem étnica dos brasileiros, fazem parte do seu dia-a-dia.

Ocorre que em muitas situações a comunidade escolar não participa de forma efetiva das decisões que acabam sendo unilaterais. Nesta perspectiva a escola acaba deixando de valorizar e de reconhecer as reais demandas dos seus alunos quando limita a comunidade na participação das intervenções coletivas na solução dos problemas, tornando assim improvável a construção democrática da igualdade.

Cabe então, aos gestores, professores, comunidade do campo educacional a implementação de políticas públicas de ações de combate às práticas racistas e discriminatórias que recaem desde muito cedo, sobre as crianças negras e afrodescendentes, fazendo-as descobrir que ser “diferente” tem um peso imensurável. Tais ações devem garantir oportunidades igualitárias para que todos os grupos étnicos possam usufruir os mesmos direitos e garantias de permanecer no meio social de acordo com a sua proposta cultural.

De acordo com Cavalleiro (2001, p. 156), “não é possível uma sociedade democrática se não nos comprometermos a banir do cotidiano escolar todas as atitudes e os comportamentos [...] que mantêm relações hierárquicas entre os seres humanos”. Por esse motivo a visão de democratização da escola é importante, pois a partir dela acontece a democratização da sociedade, oportunizando ao indivíduo a reflexão, a construção e a participação desde a educação infantil, para que mais tarde possa se tornar um cidadão crítico, consciente e capaz de intervir reagindo às injustiças sociais.

Para que haja democracia na educação é necessário que os canais de participação se fortaleçam, que a cultura unilateral e autoritária seja desconstruída descentralizando o

poder de decisão. O objetivo é disseminar conhecimentos sobre o tema visando construir relações sociais mais saudáveis.

Em conformidade com Paulo Freire (1999), a sociedade brasileira, definida como democrática, possui a tendência em situar o negro, num âmbito desigual, em relação aos demais grupos étnicos. Nota-se, portanto, o “esquecimento” de que os povos africanos foram escravizados no Brasil, por mais de três séculos. Todavia permanecem vivos, se fazendo presentes na atualidade, na formação da sociedade brasileira.

Cavalleiro (2001) ressalta que o processo de combate ao preconceito e a inferioridade deve garantir a identidade do aluno negro através do resgate a autoestima, por reflexões sobre o racismo e suas consequências, repúdio as ações discriminatórias, da valorização da diversidade destronando o ensino soberano eurocêntrico.

Os gestores educacionais, podem influenciar, no que diz respeito à temática das relações raciais dentro da escola oportunizando a coletividade na busca de mecanismos de superação para uma educação antirracista na prática, abrangendo toda a comunidade escolar em discussões sobre as desigualdades na temática da diversidade étnica.

Dentro de uma análise sociocultural do que se que espera da educação de qualidade é fundamental que se estabeleça diretrizes que norteiam a proposta vigente do ano letivo. Isso implica que a escola deve traçar objetivos e metas pedagógicas, que estejam embasadas no Projeto Político Pedagógico, pois assim será possível alcança-las.

Ribeiro e Ribeiro (2008, p. 140) acrescentam que: “o projeto político-pedagógico deve ser a culminância de um trabalho coletivo, democrático, dialógico e participativo”. É na escola que ocorre a construção da coletividade e da cidadania decorrentes da interação com a comunidade escolar.

### **3 Considerações Finais**

Diante dos fatos abordados no presente trabalho e com base em estudos que embasam essa pesquisa foi possível verificar que o tema sobre a diversidade étnico-racial requer da sociedade brasileira o seu devido valor, através de discussões, pautadas pelo respeito, pois o reconhecimento da importância da cultura africana, representada por grupos que lutam contra a desigualdade social e o preconceito pode ser considerado um objetivo ainda não alcançado.

Tendo em vista que cada grupo social possui sua cultura e comportamentos adotados de acordo com as suas particularidades, a formação da identidade de um

indivíduo ocorre quando este tem acesso aos seus direitos como qualquer cidadão sob respaldo legal de leis que garantem de forma igualitária as manifestações das diversas culturas.

No Brasil, ainda são marcantes as desigualdades no que diz respeito a diversidade étnico-racial e muitos são os enfrentamentos que a população afrodescendente precisa transpor para que a sociedade olhe com respeito causas relacionadas ao negro.

Políticas públicas foram criadas para garantir a inclusão da cultura do negro como fonte histórica rica em fatos e acontecimentos que contribuíram para a formação histórica do povo brasileiro.

Entretanto, fazemos uma ressalva que o ambiente onde mais se manifestam as diferenças e que elas não têm um direcionamento adequado é na escola. Não se prepara os alunos para entender o real sentido da diversidade étnico-racial. Uma controvérsia num país considerado democrático e que garante por lei a subjetividade das diversas culturas.

Fica claro que, não basta saber da existência de diferentes culturas, mas que é de responsabilidade dos professores, no ambiente escolar, estarem capacitados a administrar e programar abordagens sobre o negro e seus direitos constitucionais e que estes são tão importantes quanto os de qualquer outro cidadão, minimizando assim, os preconceitos, contribuindo para formar uma sociedade mais igualitária.

Contudo, algumas conquistas no campo da desconstrução dos estigmas que perpetuam ações racistas que visam a segregação, já podem ser manifestadas através da democracia, quando esta assume que o direito à diversidade é um fator importante na formação da identidade social e cultural do povo brasileiro, que é misto de histórias de diferentes realidades .

#### **4 Referências**

ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICCO, E. (org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1998. p. 29-40.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secad. Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

\_\_\_\_\_. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de janeiro de 1996. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”.

CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2000b, p. 141 -160.

\_\_\_\_\_, E. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, Elaine. Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões**. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 97-109.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010 [acesso em 4 jan 2011]. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad\\_sintese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf)

MOITA, L. P. **Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas-SP. Mercado das letras, 2006.

OLIVEIRA, E. de. “**Relações étnico-raciais e de gênero e o discurso da sala de aula de português: uma abordagem etnográfica interacional**”. Tese de doutorado da UFMG. Minas Gerais, 2007.

RIBEIRO, A.S.T et al. **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola**. Brasília: Via Brasília, Agência Cooperação em Advocacy, 2008. p. 140-142.

ROCHA, R. M. de C. **Educação das Relações Étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica**. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2007.

RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCAR, São Carlos, 2005.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 3, p. 705-718, 2010.

